



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, JUVENTUDE E DESPORTO

ATA NÚMERO 4/XIV/ 1.ª SL

ATA NÚMERO 04/XIV (1.ª)

26.novembro.2019 – 15h30

Aos 26 dias do mês de novembro de 2019, pelas 15:30 horas, reuniu a Comissão de Educação, Ciência, Juventude e Desporto, na sala 6 do Palácio de S. Bento, na presença dos Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

2. Aprovação da ata

- Reunião de 19.novembro.2019
- Reunião Mesa e Coordenadores de 19.novembro.2019

3. Comunicações do Presidente

3.1. Baixa de iniciativas

- 3.1.1. [Projeto de Lei n.º 80/XIV/1.ª \(PEV\)](#) - Desincentiva a venda de alimentos com excesso de açúcar, gordura e sal nas máquinas de venda automática em escolas, procedendo à alteração do Decreto-Lei n.º 55/2009, de 2 de março
 - 3.1.2. [Projeto de Lei n.º 85/XIV/1.ª \(BE\)](#) - Contabilização de dias de serviço para efeitos de proteção social dos docentes colocados em horários incompletos
 - 3.1.3. [Projeto de Lei n.º 97/XIV/1.ª \(PCP\)](#) - Regime especial de contabilização do tempo de trabalho dos docentes em horário incompleto
 - 3.1.4. [Projeto de Lei n.º 98/XIV/1.ª \(PCP\)](#) - Contabilização integral de todo o tempo de serviço das carreiras e corpos especiais
 - 3.1.5. [Projeto de Lei n.º 100/XIV/1.ª \(BE\)](#) - Recuperação integral do tempo de serviço cumprido
 - 3.1.6. [Projeto de Resolução n.º 66/XIV/1.ª \(CH\)](#) - Contratação de mais profissionais para o Serviço Nacional de Educação, com especial incidência no pessoal não docente
 - 3.1.7. [Projeto de Resolução n.º 93/XIV/1.ª \(CH\)](#) - Contra a ideologia de género nas escolas
- 3.2. Possibilidade da Comissão fazer uma **foto de grupo** para publicação na sua página.
- 3.3. **Discussão no Plenário da [Petição n.º 565/XIII/4.ª](#)**, *Solicitam a adoção de medidas com vista a corrigir a desigualdade nos descontos para a segurança social dos professores contratados*
- 3.4. A DYPALL Network enviou um convite à Comissão para ser acolhida a realização na Assembleia da República da Conferência internacional “Youth Democracy Academy”, no dia 10 de dezembro de 2019, em alusão ao Dia Internacional dos Direitos Humanos.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, JUVENTUDE E DESPORTO

ATA NÚMERO 4/XIV/ 1.ª SL

4. Audiência aos Reitores da Universidade dos Açores, João Luís Gaspar e da Universidade da Madeira, José Carmo para a apresentação do estudo daquelas Universidades sobre termos para a compensação de sobrecustos da insularidade - 15h30 (confirmada)

5. Audição da Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais sobre a falta de trabalhadores na escola pública, a requerimento do GP PCP - 16h30 (confirmada)

6. Criação do Grupo de Trabalho da Educação Inclusiva

7. Outros assuntos

8. Data da próxima reunião

- **03.dezembro.2019** – 15h30 - Audição do MCTES a requerimento do BE sobre o trabalho não remunerado dos docentes do ensino superior público

1. **Aprovação da proposta de Ordem do Dia**

A Ordem do Dia foi aprovada por unanimidade pelos Deputados presentes dos Grupos Parlamentares do PS, do PSD, do BE, do PCP, do CDS-PP, do PAN, do PEV e pelo Deputado da IL.

2. **Aprovação da ata**

- Reunião de 19.novembro.2019
- Reunião Mesa e Coordenadores de 19.novembro.2019

A Deputada Ana Mesquita (PCP) solicitou o adiamento deste ponto.

3. **Comunicações do Presidente**

3.1. **Baixa de iniciativas**

3.1.1. O Presidente da Comissão deu conta de que tinha baixado à Comissão o [Projeto de Lei n.º 80/XIV/1.ª \(PEV\)](#) - Desincentiva a venda de alimentos com excesso de açúcar, gordura e sal nas máquinas de venda automática em escolas, procedendo à alteração do Decreto-Lei n.º 55/2009, de 2 de março. A Deputada Mariana Silva (PEV) informou que não pretendia fazer a apresentação da iniciativa na Comissão. O PS informou que indicaria o Deputado relator numa data posterior.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, JUVENTUDE E DESPORTO

ATA NÚMERO 4/XIV/ 1.ª SL

- 3.1.2.** O Presidente da Comissão deu conta de que tinha baixado à Comissão o [Projeto de Lei n.º 85/XIV/1.ª \(BE\)](#) - Contabilização de dias de serviço para efeitos de proteção social dos docentes colocados em horários incompletos. A Deputada Joana Mortágua (BE) informou que não pretendia fazer a apresentação da iniciativa na Comissão. O PSD informou que indicaria o Deputado relator numa data posterior.
- 3.1.3** O Presidente da Comissão deu conta de que tinha baixado à Comissão o [Projeto de Lei n.º 97/XIV/1.ª \(PCP\)](#) - Regime especial de contabilização do tempo de trabalho dos docentes em horário incompleto. A Deputada Ana Mesquita (PCP) informou que não pretendia fazer a apresentação da iniciativa na Comissão. O PS informou que indicaria o Deputado relator numa data posterior.
- 3.1.4** O Presidente da Comissão deu conta de que tinha baixado à Comissão o [Projeto de Lei n.º 98/XIV/1.ª \(PCP\)](#) - Contabilização integral de todo o tempo de serviço das carreiras e corpos especiais. A Deputada Ana Mesquita (PCP) informou que não pretendia fazer a apresentação da iniciativa na Comissão. O PSD informou que indicaria o Deputado relator numa data posterior.
- 3.1.5** O Presidente da Comissão deu conta de que tinha baixado à Comissão o [Projeto de Lei n.º 100/XIV/1.ª \(BE\)](#) - Recuperação integral do tempo de serviço cumprido. A Deputada Joana Mortágua (BE) informou que não pretendia fazer a apresentação da iniciativa na Comissão. O PS informou que indicaria o Deputado relator numa data posterior.
- 3.1.6** O Presidente da Comissão deu conta de que tinha baixado à Comissão o [Projeto de Resolução n.º 66/XIV/1.ª \(CH\)](#) - Contratação de mais profissionais para o Serviço Nacional de Educação, com especial incidência no pessoal não docente, informando que o Deputado do Chega tinha indicado que pretendia a discussão no Plenário.
- 3.1.7.** O Presidente da Comissão deu conta de que tinha baixado à Comissão o [Projeto de Resolução n.º 93/XIV/1.ª \(CH\)](#) - Contra a ideologia de género nas escolas, informando que o Deputado do Chega tinha indicado que pretendia a discussão no Plenário.
- 3.2.** O Presidente da Comissão questionou os Deputados dos GP e o Deputado da IL sobre a data e hora para tirar uma foto de grupo para publicação na sua página. Ficou consensualizado que a mesma teria lugar 15 minutos antes de uma reunião plenária da Comissão.
- 3.3.** O Presidente da Comissão deu conta de que contactados os peticionários da [Petição n.º 565/XIII/4.ª](#) estes informaram que esta “petição inicial foi posteriormente atualizada, com a [Petição n.º 603/XIII/4.ª](#) e é pertinente que seja debatida em plenário apenas a Petição com data mais recente, [Petição n.º 603/XIII/4.ª](#)”. Nesta sequência e dado que a [Petição n.º 565/XIII/4.ª](#) tinha sido remetida em março de 2019 para discussão no Plenário e a Conferência de Líderes questionou agora se a Comissão pretendia manter a proposta de discussão naquele órgão, foi consensualizado prescindir dessa discussão nesta primeira petição.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, JUVENTUDE E DESPORTO

ATA NÚMERO 4/XIV/ 1.ª SL

3.4. O Presidente da Comissão referiu depois que a DYPALL Network tinha enviado um convite à Comissão para ser acolhida a realização na Assembleia da República da Conferência internacional “Youth Democracy Academy”, no dia 10 de dezembro de 2019, em alusão ao Dia Internacional dos Direitos Humanos. A Deputada Ana Mesquita (PCP) e o Deputado da IL solicitaram mais tempo para análise do convite.

4. Audiência aos Reitores da Universidade dos Açores, João Luís Gaspar e da Universidade da Madeira, José Carmo para a apresentação do estudo daquelas Universidades sobre termos para a compensação de sobrecustos da insularidade - 15h30

O Presidente da Comissão, Deputado Firmino Marques, deu as boas vindas aos 2 Reitores e recordou a grelha de tempos.

O Reitor da Universidade dos Açores referiu que o estudo, da autoria das Universidades insulares, foi apresentado ao Governo em julho e foi validado pelo grupo de monitorização e de controlo orçamental das instituições de ensino superior público. Fez depois uma apresentação em power point, disponível na [página da Comissão](#), tendo referido que o artigo 72.º da Lei do Orçamento de Estado de 2019 (“*até ao final da sessão legislativa, o Governo promove os estudos necessários, com vista à majoração do financiamento das instituições públicas de ensino superior das regiões autónomas, para compensar os sobrecustos da insularidade e da ultraperiferia e contribuir para o reforço da coesão territorial e apresenta-os à Assembleia da República*”) reflete, pela primeira vez, o reconhecimento sobre a necessidade de se compensarem os sobrecustos da insularidade para instituições públicas de ensino superior das regiões autónomas, assim se podendo corrigir assimetrias e contribuir para a coesão territorial e a igualdade de oportunidades dos cidadãos.

Seguidamente esclareceu que o estudo compara as realidades dos Açores, da Madeira e do Continente (este como um todo), com base nos dados oficiais publicados e analisa o problema segundo as realidades institucionais e demográficas, não tendo trabalhado os fundos comunitários. Comparou depois as transferências do Orçamento do Estado para as Universidades insulares e para as do continente, o investimento do Estado por estudante matriculado, por número de habitantes, por número de estudantes matriculados e com aproveitamento escolar. Nesta sequência, apresentou uma proposta de majoração do financiamento das Universidades insulares, adicionando à dotação inicial das mesmas um Fundo de Coesão, tendo por base uma percentagem determinada conforme o disposto no n.º 3 do artigo 49.º da Lei das Finanças das Regiões Autónomas (*Fundo de coesão para as regiões ultraperiféricas*), tendo equacionado 2 alternativas para esse efeito.

Realçou ainda que perdem muitos alunos para o continente, em vários cursos, por não terem condições para os ministrarem, enfatizou a necessidade de qualificação dos recursos humanos das 2 regiões e considerou as Universidades como pilares da autonomia regional.

Intervieram depois os Deputados Isabel Rodrigues (PS) e Carlos Pereira (PS), Sara Madruga (PSD) e Paulo Moniz (PSD), Luís Monteiro (BE), Ana Mesquita (PCP), Ana Rita Bessa (CDS-PP), Bebiana Cunha (PAN) e João Cotrim Figueiredo (IL), que colocaram várias questões, pedindo mais concretização dos sobrecustos, das verbas que solicitam, nomeadamente tendo em conta os compromissos de integração do pessoal com vínculos precários e pedindo informação sobre a celebração de novo contrato de legislatura entre o Governo e as instituições e a posição que têm em relação ao mesmo, particularmente as razões para a Universidade dos Açores não o assinar.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, JUVENTUDE E DESPORTO

ATA NÚMERO 4/XIV/ 1.ª SL

A Deputada do PEV comunicou previamente que tinha de se ausentar para participar na reunião de outra Comissão.

O Reitor da Universidade da Madeira referiu que a majoração do financiamento já é antiga, tendo sido reconhecida no Orçamento do Estado de 2019 e indicou que os custos de insularidade desde logo têm reflexo no menor número de alunos, o que implica mais despesas. Esclareceu depois que as 2 Universidades fizeram uma reorganização do ensino superior, tendo criado o ensino politécnico dentro das Universidades, mas não tendo tido acesso aos fundos específicos atribuídos para esse efeito no continente. Comunicou ainda que vai assinar o contrato para a presente legislatura, embora não o considere bom, no pressuposto de continuar a lutar pela majoração do financiamento, com a hipótese de aplicação da majoração da lei das finanças regionais.

O Reitor da Universidade dos Açores comunicou que já informou o Governo de que não vai assinar o contrato de legislatura e esclareceu que em 2019 tem um aumento de despesas resultante de alterações legislativas de cerca de 1.000.000€ e em 2020 seriam 1.400.000€ e com o contrato de legislatura não poderia pedir reforços orçamentais.

A Deputada Ana Mesquita (PCP) solicitou toda a documentação complementar existente.

A [gravação da reunião](#) está disponível na página da Comissão.

5. Audição da Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais sobre a falta de trabalhadores na escola pública, a requerimento do GP PCP - 16h30

O Presidente da Comissão deu as boas vindas aos representantes da [Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais \(FNSTFP\)](#), presentes naquela audição a requerimento do GPPCP, para intervir no âmbito da falta de trabalhadores na escola pública. Cumprimentou os Deputados presentes. Seguidamente deu conta da grelha de tempos e deu a palavra para uma intervenção inicial à Deputada Ana Mesquita (PCP), que apresentou o requerimento, questionando se é real a necessidade do reforço de 5.000 funcionários. Questionou qual o ponto de situação quanto ao Programa de Regularização Extraordinária de Vínculos Precários na Administração Pública (PREVPAP) e se era real a contratação de 2.000 auxiliares com situação precária. Referiu os atrasos na efetividade dos contratos com vínculo à Função Pública e que não concordava com o atual funcionamento da Reserva de recrutamento (Bolsa de Recrutamento). Questionou ainda se a FNSTFP tinha sido ouvida quanto à Bolsa de Recrutamento, quantos efetivos seriam necessários para reforçar as escolas e se as 490 substituições eram de curta duração ou supressão de necessidades, reforçando a necessidade de recuperação de carreira específica e valorização salarial.

Os representantes da FNSTFP referiram que a falta de recursos humanos nas escolas era justificada pela tutela pelo decréscimo da taxa de natalidade. Referiram também que a Portaria de rácios tinha um crivo economicista de movimentação da tutela para os municípios e que a Escola Inclusiva não tinha o reforço economicista necessário de forma a acautelar as necessidades. Referiram ainda que as 1.067 vagas tinham sido ocupadas por quem já estava nas escolas. Os representantes da FNSTFP referiram também que eram contra a municipalização, embora não contra a descentralização, mas que este fator criava uma desigualdade no tratamento diferenciado das escolas por parte dos municípios.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, JUVENTUDE E DESPORTO

ATA NÚMERO 4/XIV/ 1.ª SL

Após esta intervenção, usaram da palavra os Deputados Lúcia Araújo Silva (PS), Maria Germano Rocha (PSD), Joana Mortágua (BE), Ana Rita Bessa (CDS-PP), Bebiana Cunha (PAN), Mariana Silva (PEV), João Cotrim de Figueiredo (IL) e Ana Mesquita (PCP), que questionaram sobre a [Portaria n.º 272-A/2017 de 13/09/2017](#), sobre a Bolsa de Recrutamento, sobre o número de funcionários se tinham aposentado nos últimos 3 anos, sobre quantos funcionários existiam presentemente nas escolas e quantos seriam necessários para fazer face às necessidades, se a falta de funcionários colocava em causa a segurança dos alunos e funcionários, quantos funcionários eram necessários para o bom funcionamento das escolas e se os representantes da FNSTFP consideravam que a falta de funcionários era estrutural ou pontual.

Os representantes da FNSTFP responderam de forma conjunta às questões colocadas, referindo que seria necessário investimento para melhorar as escolas e contratação de funcionários e que de acordo com a Portaria de Rácios as escolas necessitam de 6.000 funcionários adicionais. Referiram também que tinham solicitado várias vezes audições ao Ministro da Educação, mas que este não tinha ainda anuído. Referiram ainda que o número de trabalhadores nas escolas não tinha aumentado, existindo várias situações precárias. Reforçaram que a Educação Inclusiva não conseguia responder às necessidades por falta de funcionários e investimento. Referiram também que a Bolsa de Recrutamento servia para casos pontuais de substituição curta e não suprimia as necessidades, alertando para a necessidade de procedimentos de substituição mais céleres e eficientes. Concluíram afirmando que a descentralização permite que os municípios coloquem os funcionários nas escolas, assim como noutra qualquer função camarária que não relativa às escolas.

Não se registando intervenções adicionais, o Senhor Presidente deu por concluída a audição.

A [gravação da reunião](#) está disponível na página da Comissão.

6. Criação do Grupo de Trabalho da Educação Inclusiva

A proposta de criação do Grupo de Trabalho da Educação Inclusiva foi aprovada por unanimidade pelos Deputados presentes dos Grupos Parlamentares do PS, do PSD, do BE, do PCP, do CDS-PP, do PAN e pelo Deputado da IL. Registou-se a ausência da Deputada do PEV.

O Presidente da Comissão apresentou a composição do Grupo de Trabalho da Educação Inclusiva – PSD - António Cunha (Coordenador), PS - Lúcia Araújo Silva, PSD – Carla Madureira, BE – Alexandra Vieira, PCP – Ana Mesquita, CDS-PP – Ana Rita Bessa, PEV – Mariana Pereira da Silva, PAN – Bebiana Cunha, IL – João Cotrim de Figueiredo.

7. Outros assuntos

O Presidente da Comissão deu conta de dois convites:

- Conferência por ocasião dos 50 anos da GULBENKIAN, dia 10 de Dezembro, pelas 17h00;
- Cerimónia de Tomada de Posse dos Órgãos de Gestão da Federação Académica do Porto (FAP) para o mandato 2020, dia 9 de dezembro de 2019, pelas 18h30.

A Deputada Ana Mesquita (PCP) questionou sobre se já existiria uma resposta do Ministro da Educação ao requerimento apresentado.

O Presidente da Comissão informou que não existia ainda resposta.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, JUVENTUDE E DESPORTO

ATA NÚMERO 4/XIV/ 1.ª SL

8. Data da próxima reunião

- **03.dezembro.2019** – 15h30 - Audição do MCTES a requerimento do BE sobre o trabalho não remunerado dos docentes do ensino superior público

A reunião foi encerrada às 18:40 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 28 novembro 2019.

O PRESIDENTE

(FIRMINO MARQUES)

Nota: — A presente ata foi aprovada na reunião da Comissão de 3 de dezembro de 2019.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, JUVENTUDE E DESPORTO

ATA NÚMERO 4/XIV/ 1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alexandra Tavares de Moura
Alexandre Poço
Ana Mesquita
Ana Rita Bessa
António Cunha
Bebiana Cunha
Bruno Aragão
Carla Madureira
Carla Sousa
Cristina Moreira
Firmino Marques
Joana Mortágua
João Cotrim de Figueiredo
Lúcia Araújo Silva
Luís Leite Ramos
Maria Begonha
Maria da Graça Reis
Maria Gabriela Fonseca
Maria Joaquina Matos
Mariana Silva
Pedro Alves
Tiago Estevão Martins
Alexandra Vieira
Anabela Rodrigues
Eduardo Barroco de Melo
Elza Pais
Isabel Rodrigues
Isaura Moraes
Joana Sá Pereira
Margarida Balseiro Lopes
Maria Germana Rocha
Marta Freitas
Nuno Fazenda
Palmira Maciel

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Cláudia André
Luís Monteiro

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Porfírio Silva